

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Especialização em Análise Ambiental

**AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ADEQUAÇÃO DE DUAS
PROPRIEDADES RURAIS AS NORMAS VIGENTES.**

Tainã Rodrigues Tavares

Curitiba,

2014

Tainã Rodrigues Tavares

**AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ADEQUAÇÃO DE DUAS
PROPRIEDADES RURAIS AS NORMAS VIGENTES.**

Monografia de Especialização
apresentada como requisito à
obtenção de grau de Especialista.
Curso de Especialização em
Análise Ambiental, Setor de
Ciências da Terra, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marciel
Lohmann

Curitiba

2014

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ADEQUAÇÃO DE DUAS PROPRIEDADES RURAIS AS NORMAS VIGENTES.

RESUMO: O Brasil é considerado o país com a legislação ambiental mais moderna e também aquele que possui a maior quantidade delas. E por ter este grande número de Leis há dificuldades de compreendê-las e aplicá-las com eficiência e retorno ambiental para a sociedade. O presente trabalho procura mostrar de forma empírica, como é a aplicabilidade desta legislação e o quanto ela interfere na propriedade rural. Fez-se a comparação do Cadastro Ambiental Rural de duas propriedades no estado do Paraná, para avaliar a adequação ambiental das mesmas e as principais modificações ocorridas na Lei que rege o Código Florestal Brasileiro em vigor e o Código Florestal vigente até 2012. De acordo com os resultados encontrados, inferiu-se que uma porcentagem representativa das propriedades rurais no Paraná está em desacordo com a nova legislação ambiental do país. Com a implantação do Cadastro Ambiental Rural, vislumbra-se uma ótima oportunidade para que os proprietários rurais possam regularizar a situação ambiental de suas propriedades, promovendo a restauração da biodiversidade e a sua manutenção através da identificação e monitoramento de áreas como Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, que possuem uma estreita ligação entre iniciativas de conservação e de combate ao aquecimento global, permitindo até mesmo a venda de créditos a partir de sua conservação.

ABSTRACT: Brazil has a legislation for environmental issues that is considered one of the most modern in the world, but also one of the most extensive. The great number of laws brings along difficulties to understand and to apply them efficiently, with benefits for the whole society. This study tries to show empirically, as is the applicability of legislation and how it interferes in the rural property. A comparison was made of the Rural Environmental Registry of two properties in the state of Paraná for to assess the environmental situation in addition to major changes occurred in the law governing the Brazilian Forest Code in force and the effective Forest Code until 2012. According to the results it was inferred that a representative percentage of farms in Paraná is at odds with the new environmental legislation of the country. The implementation of the Rural Environmental Registry is a great opportunity for farmers to regularize the environmental condition of their properties and to promote the restoration and maintenance of biodiversity and to identify areas as legal reserves and areas of permanent preservation which have a close link between conservation and combat global warming initiatives allowing even the sale of credits that result from conservation of this areas.

1. INTRODUÇÃO

O conflito entre a necessidade de aumentar a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, promover a conservação das florestas brasileiras gerou uma pressão política para revisão do Código Florestal Brasileiro, que rege a conservação ambiental em propriedades privadas. A proposta de legislações mais flexíveis ou menos exigentes, é debatida constantemente pela sociedade e governo.

No Brasil, o primeiro código surgiu em 1934, editado através do Decreto Federal nº23.793 no governo de Getúlio Vargas. De acordo com Ahrens (2003), a preocupação do governo era estabelecer normas relativas à preservação da flora mediante os desmatamentos ocasionados pela produção de café, bem como pela criação do gado no Vale da Paraíba e em outras regiões, que vinham promovendo os desmatamentos de florestas e a escassez dos recursos naturais.

Em 1962 foi proposto um “novo” Código Florestal sancionado em 1965 pela Lei Federal nº. 4771. O novo Código Florestal embora tivesse algumas modificações manteve seus pressupostos e objetivos. Essa lei preocupou-se com a preservação dos recursos hídricos e as áreas de risco (encostas íngremes e dunas) denominando assim de “florestas protetoras”, ou melhor, Áreas de Preservação Permanente. Enquanto o Código de 1934 tratava de proteger as florestas contra a dilapidação do patrimônio florestal do país, limitando aos particulares o irrestrito poder sobre as propriedades imóveis rurais, o Código de 1965 reflete uma política intervencionista do Estado sobre a propriedade imóvel agrária privada na medida em que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação são consideradas bens de interesse comum a todos os habitantes do País (LAUREANO; MAGALHÃES, 2011).

Em setembro de 2009 foi criada uma Comissão Especial para analisar diversos Projetos de Lei, sendo realizadas diversas audiências públicas no Congresso e também em várias cidades do país com forte produção agropecuária, com o apoio de sindicatos e das organizações associadas à

Confederação Nacional da Agricultura. Quanto ao seu relatório, antes mesmo de ser apresentado, já ocorriam debates. De um lado estavam os ruralistas, comprometidos com atividades produtivas e do outro, os ambientalistas, que defendem a proteção do meio ambiente (GARCIA, 2012 p.58).

No dia 02 de maio de 2011 foi apresentado o relatório final com suas propostas de alterações para ser votado na Câmara, sendo que o mesmo ainda não estava totalmente de acordo com os pedidos dos ambientalistas. Após ficar um tempo parado e depois de vários encontros e negociações, foi aprovada a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, na Câmara dos Deputados contendo o texto-base do projeto do novo Código Florestal.

No texto do novo Código Florestal, mesmo tendo feito grandes concessões ao setor rural, em particular, proprietários que detêm áreas de florestas além do exigido pela lei poderiam negociar no mercado financeiro os títulos conhecidos como Cotas de Reservas Ambientais (CRA), o que ofereceria uma alternativa econômica para a preservação de parte de vegetação nativa que ainda poderiam ser desmatados legalmente. Vislumbra-se que, com a operacionalização da CRA através do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR), um mercado de crédito monetário para terras florestadas possa se consolidar, agregando com isso valor às florestas nativas (SOARES FILHO, 2014, p.11).

Para a implementação plena do Código Florestal e mitigação dos impactos ambientais, fica clara a importância da criação de formas de pagamento por serviços ambientais e a necessidade de incentivos econômicos aportados por fundos nacionais e internacionais.

Além disso, a implementação, do agora, obrigatório Cadastro Ambiental Rural (CAR) em todo território nacional pode inaugurar um novo olhar de governança ambiental, tendo em vista o seu potencial para detectar e punir os desmatamentos ilegais através de imagens de satélite e do registro eletrônico das propriedades.

A implantação do sistema de inscrição do Imóvel no CAR –Cadastro Ambiental Rural na Amazônia é parte de uma ampla estratégia elaborada e executada e amparada pela Lei Federal do Novo Código Federal nº.

12.651/2012, Artigo 59, § 2º, de caráter obrigatório. Tal estratégia foi definida no âmbito de um processo de consulta aos governos estaduais e aos setores organizados da sociedade civil, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, onde tem atribuições legais em sua estrutura integradas pelos programas e defesa ambiental de desenvolvimento.

O Cadastro Ambiental Rural é de caráter declaratório e permanente, registro público eletrônico de âmbito estadual obrigatório, parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA, e tem como grande objetivo integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

Sendo assim, este trabalho objetiva, a partir de um estudo de caso de duas propriedades rurais, avaliar a adequação ambiental das mesmas as principais modificações ocorridas na Lei que rege o Código Florestal Brasileiro em vigor e o Código Florestal vigente até 2012.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em 18 de outubro de 2012 foi publicada no Diário Oficial o Novo Código Florestal Brasileiro, que está em vigor desde esta data. Na nova Lei, a proteção do ambiente natural continua sendo obrigação do proprietário mediante a manutenção de espaços protegidos de propriedade privada, divididos entre APP (Área de Preservação Permanente) e RL (Reserva Legal), que constituem o alvo da grande mudança da implementação e na fiscalização desses espaços, agora sujeitos ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A seguir, serão abordados alguns dos principais pontos de mudança do Novo Código Florestal, que vêm ao encontro de assuntos discutidos neste trabalho.

2.1 Regulação das Áreas de Preservação Permanente

De acordo com a Lei nº 12.651/2012, a APP pode ser dividida em três tipos: como protetor das águas – faixas marginais no entorno de cursos d'água, entorno de nascentes, entorno de reservatórios artificiais e no entorno de lagos e lagoas naturais; como protetor das montanhas – encostas com declividade superior a 45°, topos de morro e como protetor de ecossistemas determinados – restingas, manguezais e veredas. Quanto as APPs protetoras das águas, estas sofreram as seguintes alterações:

- Os cursos d'água efêmeros não se enquadram mais como APP;
- A medição da faixa marginal de APPs passou a ser da borda da calha do leito regular dos cursos d'água, deixando de ser a partir do nível mais alto;
- Não será exigida APP no entorno de reservatórios artificiais que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais;
- Apenas as nascentes e olhos d'água perenes são passivos de proteção, excluindo os intermitentes desse grupo;
- Em veredas, a medição da faixa marginal é a partir do limite do espaço permanentemente brejoso e encharcado;
- Em acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a um hectare, fica dispensado o estabelecimento das faixas de APP, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa;

Segundo Da Silva (2012), a longo prazo, reduzir o tamanho de APPs na sua largura e extensão ou na exclusão de áreas frágeis hoje protegidas gera impactos ambientais irreversíveis, colocando, muitas vezes, a própria vida humana em risco.

Assim como cursos d'água perenes ou intermitentes, os efêmeros também são passíveis de formar ecossistemas diferenciados em seu entorno, moldar o terreno e formar leitos definidos de canais naturais. Estes, assim como os intermitentes, podem ser tão vulneráveis quanto os perenes, uma vez

que estão frequentemente localizados em terrenos com maior declividade e as limitações hídricas periódicas podem determinar menor resiliência (MARTINI & TRENTINI, 2011).

2.2 Limites e recomposição da Reserva Legal

As áreas de RL continuam seguindo a mesma lógica da Lei 4.771/65, ou seja, aborda a obrigação legal do proprietário de preservar uma área de floresta nativa equivalente a um percentual da sua área total, sendo de 20% a 80% na Amazônia legal, conforme a localização, e 20% nas demais regiões do país. A RL continua sendo passível de exploração limitada, mediante manejo sustentável, sendo que sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis não será obrigatória a partir da sua declaração e inclusão no CAR – Cadastro Ambiental Rural. As alterações mais significativas foram as seguintes:

- Possível redução da área de RL em até 50% quando o município tiver mais de 50% da área ocupada por unidades de conservação da natureza de domínio público ou por terras indígenas homologadas, e quando o Estado tiver Zoneamento Ecológico Econômico aprovado e mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público e por terras indígenas homologadas;
- Será admitido o cômputo das APPs no cálculo do percentual da RL, desde que o regime de proteção da APP não se altere nestas condições;
- A recomposição da RL, em áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, podem ser concluídas em até 20 anos, desde que abrangendo, a cada 2 anos, no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação;
- Nos imóveis rurais que detinham até 22 de julho de 2012 área de até 4 módulos fiscais e que possuem remanescentes de vegetação nativa em percentuais inferiores ao estipulado das medidas de delimitações de RL, a mesma poderá ser ocupada

com a vegetação nativa existente até a data acima citada, vedadas novas conversões para o uso alternativo do solo.

2.3 Áreas Rurais Consolidadas

Na nova Lei, foi acrescentado um capítulo que trata exclusivamente das áreas consolidadas em APPs e RLs. Por áreas consolidadas, de acordo com o Artigo 3º compreende-se:

Artigo 3º:[...] IV – área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio. (Redação dada pela Lei 12.651 de 2012)

Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais poderão provar essas situações consolidadas por documentos como: registros de comercialização, descrição de fatos históricos de ocupação da região, dados agropecuários da atividade e por todos os outros meios de prova de direito admitidos. A adoção desta medida confere anistia a sanções administrativas para os proprietários em situação de irregularidade em áreas de APP e RL, além de exibir caráter permissivo quanto a determinação das faixas marginais das APPs protetoras das águas. Quanto as propriedades consolidadas em APPs ao longo de cursos d'água naturais, ficou definido as seguintes faixas marginais de acordo com o Artigo 61:

Artigo 61-A: Das áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente:

I – 5 metros, para imóveis rurais com área de até 1 módulo fiscal;

II – 8 metros, para imóveis rurais com área superior a 1 módulo fiscal e de até 2 módulos fiscais;

III – 15 metros, para imóveis rurais com área superior a 4 módulos fiscais; e

IV – conforme determinação do PRA, observado o mínimo de 20 e o máximo de 100 metros, para imóveis rurais com área superior a 4 módulos fiscais. (Redação dada pela Lei 12.651 de 2012).

Quanto as propriedades consolidadas em APPs no entorno de nascentes, ficou definido um raio mínimo de 15 metros, e para imóveis consolidados ao entorno de lagos e lagoas naturais, fica definido a recomposição das faixas marginais com largura mínima de:

I – 5 metros, para imóveis rurais com área de até um módulo fiscal;

II - 8 metros, para imóveis rurais com área superior a 1 módulo fiscal e de até 2 módulos fiscais;

III – 15 metros, para imóveis rurais com área inferior a 4 módulos fiscais; e

IV – 30 metros, para imóveis rurais com área superior a 4 módulos fiscais. (Redação dada pela Lei 12.651 de 2012).

É reconhecido que uma das ações fundamentais para a restauração de zonas ripárias envolve justamente o isolamento do fator de degradação. No entanto, no artigo 61º da nova Lei, fica permitida a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até a data mencionada.

Sendo assim, ao não proporcionar o isolamento das zonas ripárias, a restauração da mesma se dará de forma insuficiente, visto que os fatores de degradação ainda estarão presentes. Somado a isto, tem-se o fato de que de acordo com artigo 9º desta Lei, fica permitido o acesso de pessoas e animais às APPs para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

Portanto, cabe salientar que as várzeas são incluídas no conceito de APP devido a sua importância dentro dos termos ecológicos, onde o investimento e o tempo necessário para a recuperação destas áreas é extremamente elevado se comparado aos custos de investimento para sua conservação (GUTRICH & HITZHUSEN, 2004; apud DA SILVA et al., 2012), sendo que possivelmente nem todos os serviços ecossistêmicos serão plenamente recuperados. Sendo assim, em regiões sob alta influência de várzeas, como por exemplo a região amazônica, o impacto causado por

atividades antrópicas poderá ser ainda maior, afetando inclusive as comunidades tradicionais ali inseridas.

Conforme exposto anteriormente, ao longo de toda a sua vigência, o Código Florestal brasileiro foi substancialmente alterado, na medida em que o seu conteúdo normativo foi adequado a diferentes demandas e circunstâncias. A proteção das florestas e demais formas de vegetação não pode ser apenas uma possibilidade teórica, e circunscrita, de forma reduzida, à existência de um Código Florestal no ordenamento jurídico brasileiro. Em pleno século XXI, e considerando, também, as graves questões ambientais que afligem a sociedade brasileira, aquela é uma necessidade de caráter fático, por certo imprescindível e inadiável. Argumenta-se que é no contexto dessa realidade contemporânea que o Código Florestal existe e certamente precisa ser melhor discutido.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo do trabalho, inicialmente elaborou-se uma ampla revisão bibliográfica sobre os principais assuntos e conceitos abordados na literatura específica sobre a temática a ser trabalhada. Isso envolveu principalmente a consulta de artigos e legislações ambientais específicas.

Em outro momento, selecionou-se 2 propriedades a fim de serem comparadas do ponto de vista ambiental da lei vigente e a anterior. As propriedades foram selecionadas na região Oeste do estado do Paraná, região agrícola bem consolidada e a partir desta seleção simulou-se o CAR de cada uma.

Foi preciso acessar o site www.car.gov.br e posteriormente fazer o download do módulo de cadastro.

Com o programa instalado, foi necessário executar o download das imagens de satélite dos municípios de Santa Helena e Santa Terezinha de Itaipu, municípios em que situam-se os imóveis rurais estudados. As imagens utilizadas pelo sistema são do satélite Rapideye. A missão RapidEye é formada

por uma constelação de 5 (cinco) micro-satélites, com sensores multi espectrais, que apresenta órbita polar descendente e solar síncrona.

No cenário mundial, o diferencial oferecido pela RapidEye é a capacidade de produzir conjuntos de imagens de qualquer ponto da Terra em pouco tempo (alta resolução temporal), fazendo com que as imagens possam ser utilizadas para os monitoramentos de eventos em agricultura, cartografia, florestas, governos, seguradoras e em outros segmentos que necessitem de uma atualização de dados com alta frequência.

Os sensores a bordo dos satélites se referem a scanners (pushbroom) multi espectrais, com 5 bandas e resolução espacial de 5 metros.

O preenchimento de dados documentais de registro e identificação tanto do proprietário quanto das propriedades foram as primeiras etapas para iniciar o CAR das propriedades. Foram inseridas informações fictícias já que obrigatoriamente é necessário inserir essas informações para dar continuidade no cadastro.

O próximo passo é composto de cinco sub-etapas que consistem basicamente na delimitação e desenho de polígonos indicando os limites da área do imóvel, cobertura do solo, servidão administrativa, área de preservação permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Com o auxílio das ferramentas do próprio sistema foram delimitados tais polígonos. Após a digitalização dos polígonos no sistema foi preciso inserir informações complementares relativas às propriedades como o possível desejo do proprietário de aderir ou não ao Programa de Regularização Ambiental – PRA e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, caso a propriedade estivesse em desacordo com a legislação ambiental. Após completar este questionário, o sistema exibe um resumo do cadastro efetuado. Estes “resumos” das propriedades 01 e 02 do ponto de vista ambiental foram utilizados como base para analisar os resultados.

Existe ainda a opção de emitir um protocolo para acompanhar o andamento do processo e gravar o cadastro antes de encaminhar as

informações para o órgão ambiental, porém, estas duas últimas tarefas não foram executadas por se tratar de uma simulação.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Aplicações da Lei 12.651/12 nas propriedades selecionadas

A propriedade 01 localiza-se no município de Santa Helena (Latitude 24°55'48" S/Longitude 54°23'30" O) no estado do Paraná, possuindo área total de 153,33 hectares. Neste município, um módulo fiscal equivale a dezoito hectares. O Módulo fiscal é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município. A Figura 01 ilustra o perímetro da propriedade 01.



Figura 01- Propriedade 01

A propriedade 02 possui área total de 194,29 hectares e localiza-se no município de Santa Terezinha de Itaipu (Latitude 25°22'26"S Longitude 54°28'13" O) no estado do Paraná. Neste município, um módulo fiscal equivale a dezoito hectares. Na figura 02 é possível visualizar o perímetro da propriedade 02.



Figura 02 - Propriedade 02

A partir da elaboração do cadastro no Sicar (Sistema de cadastro ambiental rural), as propriedades 01 e 02 apresentaram as áreas declaradas em hectares representadas na Tabela 01, além de suas representações gráficas conforme Figuras 03 e 04.

Tabela 01. Valores em hectares segundo CAR.

PROPRIEDADES	ÁREA TOTAL	MÓDULOS FISCAIS	APP	RL
01	153,33	8,52	2,11	1,01
02	194,29	10,79	7,24	0

Elab.: TAVARES, 2014

Analisando os dados apresentados na tabela 01 verificou-se que as mesmas possuem diferenças em relação às suas condições ambientais e as proporções das áreas de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente (APP) ditadas pela lei 12.651 de 2012.

Previamente será discutido sobre a Reserva Legal (RL), que possui suas delimitações previstas nos art. 12 e 13 do Código Florestal vigente e tem como função garantir o uso econômico sustentável dos recursos naturais do imóvel rural e contribuir para a conservação da biodiversidade.

A propriedade 01 apresentou em seu resumo final no CAR a área de RL de 1,01 hectares, portanto, não alcançou o valor mínimo para a conformidade com a lei que estabelece área equivalente a no mínimo 20% (vinte por cento) da área total de imóveis que ultrapassem quatro módulos fiscais. A propriedade em questão teve como resultado menos de 1%(um por cento) da área total do imóvel declarado como reserva legal, sendo que a área mínima seria de 30,66 hectares. A figura 03 ilustra a tela de cadastro do CAR e o polígono delimitando a RL centralizado e na cor verde.

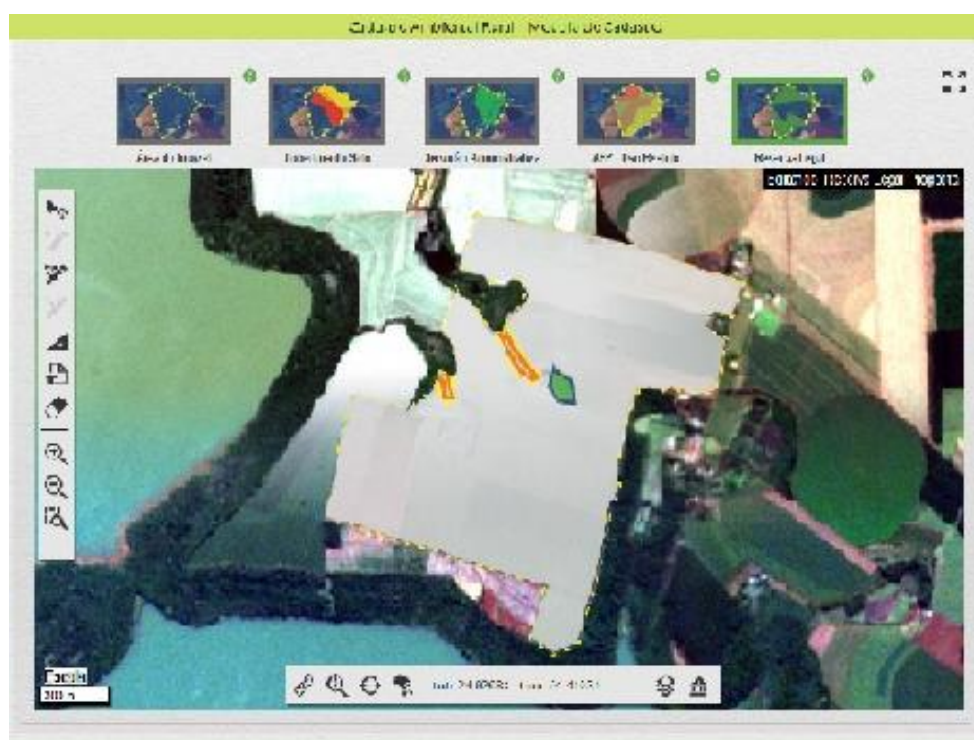


Figura 03 – Módulo de cadastro da RL, Propriedade 01.

Já a propriedade 02, obteve como resultado zero hectare declarado e por consequência também não apresentou conformidade com a lei vigente, que em função de sua área total determinaria a área mínima de 38,85 hectares destinados a reserva legal.

Todo imóvel rural que tenha área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido, poderá regularizar sua situação, independentemente da adesão ao PRA, (Programa de Regularização Ambiental). A recomposição da

Reserva Legal pode ser feita por meio das seguintes técnicas que podem ser combinadas entre si:

- Plantio;
- Permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;
- Compensar a Reserva Legal.

Se a opção for pela compensação, a mesma deve ocorrer, obrigatoriamente, no mesmo bioma e, preferencialmente, no mesmo Estado. Neste caso, pode ser feita da seguinte forma:

- Em parte ou totalmente fora da propriedade. Isto é, pode-se compensar integralmente a Reserva Legal, ou somente a área que falta para a porcentagem exigida na região;
- Em outra propriedade, no mesmo Estado.

A propriedade que abriga compensação necessita estar registrada no CAR, deve estar preservada ou com PRA aprovado no CAR e necessita ter a RL averbada em cartório de registro de imóveis. Somente o excedente de RL averbado (o que houver acima do percentual exigido pela lei para a região) é que poderá ser utilizado para a compensação, na forma de comodato, arrendamento, servidão florestal ou como CRA (Cota de Reserva Ambiental). Serão aceitas áreas vegetadas ou com projeto de recuperação, desde que averbadas.

- No mesmo Estado, em Unidades de Conservação (UCs) com pendência de regularização;
- Em outro Estado, somente em área prioritária para a conservação.

Contudo, a lei ainda possibilita a estes proprietários ou possuidores das propriedades 01 e 02 declarar e comprovar por meio de documentações que a falta ou não existência de área destinada à Reserva Legal aconteceu por situação consolidada anterior à data de 22 de julho de 2008, o que poderia garantir anistia a sanções administrativas por estas irregularidades.

Redação dada pela MP 571:

§ 2º Protocolada a documentação exigida para análise da localização da área de Reserva Legal, ao proprietário ou possuidor rural não poderá ser imputada sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, por qualquer órgão ambiental competente integrante do SISNAMA, em razão da não formalização da área de Reserva Legal. (NR) (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

Porém, é considerado obrigatória a suspensão imediata das atividades em Área de Reserva Legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008.

Outra novidade na Lei Florestal é a possibilidade de se contabilizar as APPs na Reserva Legal desde que:

- Não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo;
- A APP a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação;
- O imóvel esteja incluído no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Quanto aos resultados relativos às Áreas de Preservação Permanente (APP) nas duas propriedades, fica clara a importância do trabalho com GPS (Global Positioning System) em campo para avaliar e identificar possíveis nascentes sobre as imagens contendo as propriedades. As imagens geradas pelo CAR foram insatisfatórias para delimitar a presença de recursos hídricos naturais, tipo de vegetação e suas dimensões. A base usada para definir rios, foi da hidrografia do Estado do Paraná, mas em escala inadequada para trabalhar em nível de propriedade rural, já que esta base encontra-se em escala 1:50.000.

Como descrito na Tabela 01 os valores em hectares de APP encontrados a partir dos módulos de cadastro foram de 2,1 para propriedade 01 e 7,2 para propriedade 02.

Foi possível visualizar nas Figuras 01 e 02 que nenhuma das propriedades apresenta acumulação de água com área acima de um hectare e largura de rios acima de 10 metros. Neste caso as propriedades classificadas como médias, ou seja, com área de quatro a quinze módulos fiscais estão

isentas da obrigação de efetuar qualquer medida de recomposição, em suas atuais configurações de uso e ocupação das terras e já estão em situação regular de acordo com a nova Lei. Em contrapartida a figura 04 demonstra a partir do polígono identificado na cor amarela a possível presença de um lago ou açude que detêm uma área definida de mata ciliar representando a Área de Preservação Permanente.

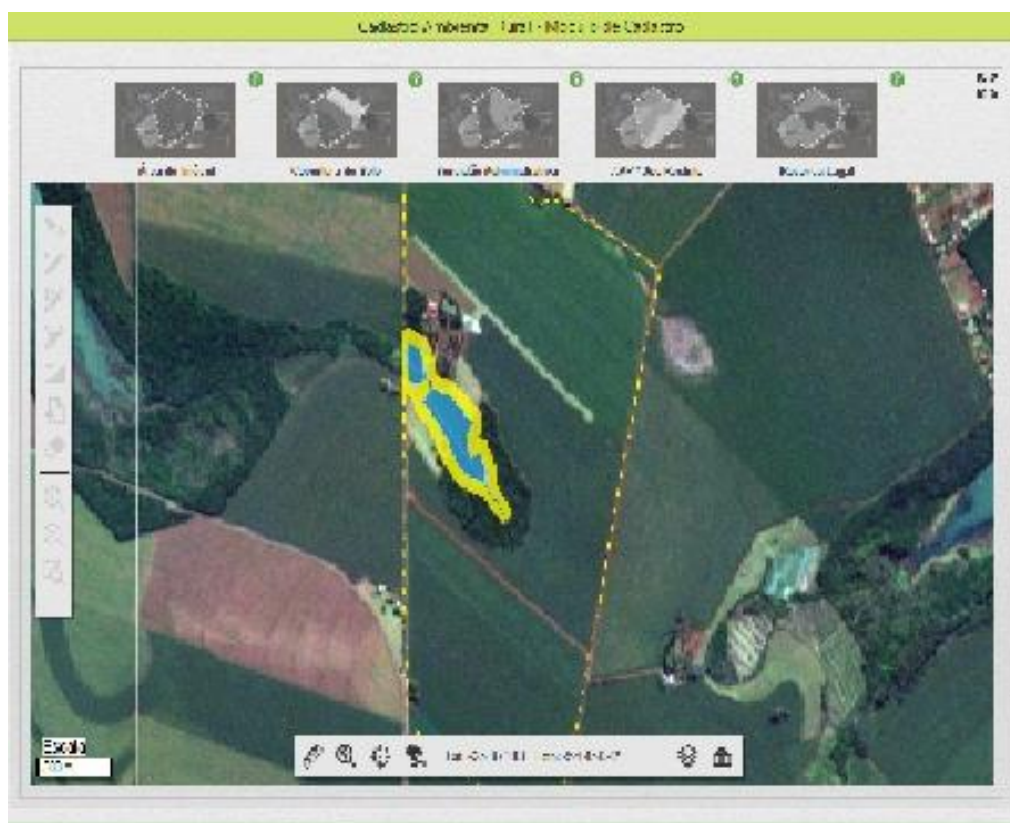


Figura 04 - Módulo de cadastro da APP, Propriedade 02.

Para APPs repete-se a afirmação de que remanescentes desmatados após 22 de julho de 2008, sem a devida autorização, devem ser totalmente recuperados com vegetação natural.

Caso a APP tenha sido convertida antes de 22 de julho de 2008 e a cobertura vegetal nativa seja menor que a exigida, o proprietário ou produtor rural tem duas opções:

- Recompôr as APPs com vegetação nativa dentro dos limites determinados;

- Optar por manter o uso consolidado e recompor somente as faixas obrigatórias previstas para as APPs.

As APPs associadas a recursos hídricos naturais (nascentes, cursos d'água, veredas e lagos e lagoas naturais) tem uma faixa mínima obrigatória para recomposição, que varia em função do tamanho do imóvel rural. As demais APPs (reservatórios, encostas, topo de morros e montanhas, chapadas, mangues, restingas e altitudes acima de 1800m.) não tem exigência de uma faixa mínima de recomposição.

Áreas de Preservação Permanente só poderão ser consideradas consolidadas se tiverem práticas que garantam a conservação da água e do solo. Essas práticas deverão ser regulamentadas futuramente, mas dependem das espécies e das práticas de cultivo.

A parte da APP com vegetação nativa pode ser contabilizada como RL, porém a fração das APPs com uso consolidado e, portanto, não recomposta, não entra no cômputo da Reserva Legal.

Existem poucas pesquisas desenvolvidas quanto ao estabelecimento de uma metragem mínima das zonas ripárias para que suas funções sejam plenamente desenvolvidas. No entanto, Lees & Peres (2008), em estudo conduzido, encontraram que muitas espécies de mamíferos e aves florestais no sul da Amazônia usando a mata ciliar como corredores e que quando os mesmo encontram-se estreitos (largura inferior a 200 metros de largura), não fornecem um habitat adequado para muitas espécies de vertebrados da floresta, sendo que estes corredores estreitos, normalmente desconectados, mantiveram apenas um terço dos pássaros e um quarto da riqueza de espécies de mamíferos encontrados em matas ciliares dentro da grande floresta.

Podemos inferir que a Lei 12.651/12, quando aplicada nas condições das propriedades rurais aqui simuladas, não apresentou caráter de conservação dos recursos ambientais, agravado ainda pela permissão da continuidade das atividades agropastoris realizadas nas áreas protegidas se estas datam anterior a 22 de julho de 2008. E o CAR como base de dados

estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais, pode apresentar dificuldades de cumprir estes objetivos a curto e longo prazo, incluindo as etapas de inscrição feitas pelos proprietários que poderão declarar de forma errônea as informações exigidas e a fiscalização destas, devido ao grande número de propriedades no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei N. 12.651 de 2012, que instituiu o Cadastro Ambiental Rural – CAR obrigatório a todos imóveis rurais e o Programa de Regularização Ambiental – PRA, são ferramentas que poderão ser importantes instrumentos de gestão ambiental, tanto para ações de monitoramento, de licenciamento ambiental, fiscalização e controle do desmatamento. De acordo com dados do INCRA, o Paraná possui 532.840 imóveis rurais, em sua maioria são pequenas propriedades (491.590, ou 92%, possuem área menor que 4 Módulos Fiscais e destes a maioria – 334.338, ou 63%, menos de 1 MF).

Desta forma, a implantação do CAR, não só no Paraná, mas em todo o Brasil, trará um incremento substancial de atividades aos Governos dos Estados, tanto na missão de assistência Técnica da EMATER, auxiliando o produtor no preenchimento do CAR, quanto do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) em analisar, validar, adequar a situação ambiental do Cadastro Ambiental Rural de cada propriedade rural, além de estabelecer e acompanhar o processo de restauração florestal, dentro do PRA, daquelas propriedades com passivo ambiental.

De acordo com os resultados encontrados neste estudo, que levou em conta apenas 2 propriedades rurais, infere-se que uma porcentagem representativa das propriedades rurais no Paraná está em desacordo com a nova legislação ambiental do país. Portanto, com a implantação do CAR, tem-se uma ótima oportunidade para que os proprietários rurais possam regularizar

a situação ambiental de suas propriedades com o PRA, promovendo a restauração da biodiversidade e a sua manutenção através da identificação e monitoramento de áreas passíveis a emissão de Cotas de Reserva Ambiental (CRA), que possuem uma estreita ligação entre iniciativas de conservação e de combate ao aquecimento global, permitindo até mesmo a venda de créditos a partir de sua conservação.

Por fim, é necessário pontuar a questão da qualidade das imagens utilizadas no CAR. Tais imagens são do satélite RapidEye com resolução espacial de 5m. Como constatou-se, em função do panorama rural e ambiental do Estado do Paraná que é composto majoritariamente de minifúndios e imóveis com até 4 módulos rurais, é praticamente impossível a identificação de nascentes e porções pequenas de vegetação sobre tais imagens. Tal trabalho terá que ser feito com a utilização de GPS em campo. Caso contrário, as imagens inviabilizarão a execução do cadastro ambiental rural adequado.

5.REFERÊNCIAS

- AHRENS, Sérgio. O “novo” código florestal brasileiro: Conceitos Jurídicos fundamentais. Congresso Florestal Brasileiro, 8, 2003, São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura; Brasília: Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 2003. Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/florestal/download/SAhrensCodigoFlorestal.pdf> Acesso em 29.11.2014
- DA SILVA, J. A. O Código Florestal E A Ciência: Contribuições Para O Diálogo. Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência – SBPC, Academia Brasileira De Ciência – ABC. 2 ed. São Paulo, 2012. 294p.
- GARCIA, Yara Manfrin O Código Florestal Brasileiro e suas alterações no Congresso Nacional. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p.54-74..
- LAUREANO, D. S.; MAGALHÃES, J. L. Q. Código Florestal e catástrofes climáticas. Disponível em < <http://www.correiocidadania.com.br>>. Acesso em 20 de maio de 2014.
- LEES, A. C. & PERES, C.A. ConservationValueOfRemnantRiparian Forest CorridorsOfVaryingQuality For AmazonianBirdsAndMammals. ConservationBiology. V. 22, no 2. 439-449p. 2008.

MARTINI, L. C. P. & TRENTINI, E. C. Agricultura Em Zonas Ripárias Do Sul Do Brasil: Conflitos De Uso Da Terra E Impactos Nos Recursos Hídricos. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 26, p. 613-630, 2011.

SOARES, B.S.F Impacto da Revisão do Código Florestal, Como viabilizar o grande desafio adiante? Secretaria de Assuntos Estratégicos SAE, p.112014.